

PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS LICENCIANDOS DO CURSO DE GEOGRAFIA: PERSPECTIVA DO PROFESSOR REGENTE

Núbia Maria de Brito Silva
Universidade do Estado da Bahia

Maria Goreth e Silva Nery
Universidade do Estado da Bahia

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a perspectiva do professor regente sobre a prática pedagógica dos licenciandos do curso de Geografia da Uneb *campus* VI, visto que o currículo passou por reformulações que atenderam a legislação vigente. O estudo se justifica pela necessidade de compreender a prática pedagógica dos licenciandos na ótica do regente que é um co-formador e portanto, contribuir para o acúmulo do conhecimento científico. A metodologia utilizada teve como amparo a pesquisa qualitativa sendo aplicados questionários contendo questões subjetivas com os professores regentes a respeito da prática pedagógica dos licenciandos em Geografia. Conclui que houve uma mudança significativa na prática pedagógica dos estagiários, em razão do currículo vigente do curso. Os estagiários apresentam conhecimento teórico, ações inovadoras e motivadoras aos alunos.

Palavras-chave: Licenciatura em Geografia. Práticas pedagógicas. Estágio Supervisionado.

Introdução

A pesquisa teve como objetivo analisar a perspectiva do professor regente sobre o currículo e a prática pedagógica dos licenciandos do curso de Geografia da Uneb *campus* VI, visto que se compreende o regente como co-formador e portanto, contribui para o acúmulo do conhecimento científico. Vale registrar que o currículo passou por reformulações que atenderam a legislação vigente.

A metodologia utilizada teve como amparo a pesquisa qualitativa sendo aplicados questionários contendo questões subjetivas com os professores regentes a respeito da prática pedagógica dos licenciandos em Geografia.

Inicialmente foi realizado levantamento das escolas do município de Caetité-BA, bem como a quantidade de professores que tinham formação na área específica de Geografia. A partir desse dado, foi feita a seleção das escolas que recebiam estagiários de Geografia. Em seguida foi encaminhado termo de liberação para realização da pesquisa nas

escolas e no próprio *Campus VI*. Após a investigação dos dados preliminares foi contactado um total de 15 sujeitos da pesquisa, que foram submetidos aos seguintes critérios: a) Ter aceitado participar da pesquisa por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido-(TCLE) elaborado de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UNEB, cujo número de comprovante é 019019/2015; b) Ter formação específica de graduação em Geografia; c) Atuar como docente em Geografia nos quatro anos finais no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; d) Ter recebido estagiários da UNEB *Campus VI* entre 2003 e 2013. Os critérios pré-estabelecidos e analisados limitaram a participação de apenas seis professores.

A reformulação curricular de Geografia ocorrido em 2002 foi o motivo de se estabelecer o critério de ter recebido estagiários entre os anos de 2003 e 2013 deu-se pelo fato de que o curso foi redimensionado nessa época. Assim, era preciso verificar as consequências desta reformulação na prática pedagógica dos licenciandos vez que a carga horária do estágio foi ampliada (de 120 horas para 400 horas). Após selecionar os professores regentes obedecendo aos critérios descritos, os questionários com questões abertas foram distribuídos e recolhidos posteriormente.

Para dar conta da temática que envolve diversos conceitos, destacamos inicialmente, uma reflexão sobre o currículo, em seguida enfatizamos a prática pedagógica, Estágio Supervisionado e Professor-regente como categorias na pesquisa. No segundo momento apresentamos os resultados e discussões, e por fim traçamos as considerações finais seguidas das referências.

Algumas reflexões sobre currículo

Compreender a concepção de currículo mais abrangente que considera a realidade social dos educandos requer uma visão de educação como transformadora/libertadora. O currículo representa uma radiografia do que será ensinado: disciplinas, objetivos, conteúdos. Porém, mais que um documento instrucional, o currículo é um norte para direcionar um ensino voltado para a formação do cidadão.

Vale registrar que a sociedade capitalista é organizada num modelo desigual no qual os indivíduos são classificados em razão das condições econômicas, sendo portanto constituídos por grupos privilegiados por deterem os meios de produção (classe dominante)

ou grupos excluídos dos meios de produção (classe dominada).

Bourdieu e Passeron (1975) identificaram no currículo escolar a simbologia da classe dominante – a linguagem, valores, manifestações da arte e da cultura, aspectos identitários. As classes média e alta dominam esse acervo cultural bem como a visão de mundo e conseguem interagir com sucesso nesse meio. As classes populares de cultura diferenciada e considerada inferior não conseguem o mesmo desempenho das classes mais abastadas.

Para a construção da filosofia do currículo na atualidade duas vertentes influenciaram – a conservadora e a visão emancipatória. Numa visão conservadora, Durkheim (1977) considera a educação como uma ação que as gerações adultas exercem para as gerações mais jovens que ainda não estão preparadas para a vida social. Esse modelo de educação não dá espaço para uma possível transformação na sociedade, pois faz dos indivíduos seres incapazes de pensar por si só, sendo passivos ao que os rodeia, sem voz, nem vez.

Paulo Freire (1982) trouxe uma nova perspectiva para o currículo amparado nas ideias marxistas de igualdade social colocando os aprendizes como sujeitos conscientes de si e do que ocorre na realidade circundante e excludente devido às desigualdades sociais.

Young (1989) destaca a atividade racional para a materialização dos conteúdos curriculares, com a participação do elemento social e individual, feita uma análise e seleção dos conteúdos distribuídos caracterizando a elaboração do currículo como um processo social.

Sacristán (2000, p. 14) esclarece que a “concepção de currículo se modificou” evoluindo do elenco de disciplinas, conteúdos para assumir “em termos da concepção e da construção contemporânea das formações, o seu empoderamento político-pedagógico” (MACEDO, 2013, p. 14).

A composição curricular trabalha interligando os três elementos indispensáveis no processo de aprendizagem: o sujeito (educando), o agente (educador) e o objeto (conteúdos da disciplina). Com esta abordagem, não se pode mais compreender elementos isolados no processo educativo, por isso é que o currículo, do Curso de Geografia tem por objetivo possibilitar aos sujeitos a aquisição e aplicação de conhecimentos relativos à área, levando em consideração a realidade concreta em que estes conhecimentos deverão ser discutidos e aplicados. O currículo passa a ser, portanto, um ato político, enquanto demonstra o esforço de conhecer a realidade e atuar diretamente para a sua transformação.

A partir da adequação à realidade, o currículo propõe o surgimento de um curso capaz de fornecer muito mais do que simples informações livrescas: a consciência de que o homem é senhor do seu próprio destino e construtor de sua própria história (SILVA, 2015).

O currículo na perspectiva social deve atender as demandas do mundo do trabalho na realidade atual globalizada, competitiva e excludente; que exige dinamismo, atitude, tomada de decisão, engajamento, enfim, o estar-no-mundo como cidadão ativo e pleno de direitos. Portanto, consideramos que o currículo que se enquadra no contexto da realidade social tem mais condições de contribuir para uma formação do estudante preparado para os desafios da sociedade contemporânea.

Dessa maneira a prática pedagógica vem subsidiar a ação docente de maneira a promover a reflexão dos educandos visando o pleno exercício de sua cidadania como agente ativo na sociedade contemporânea.

O entendimento sobre Prática Pedagógica

Sacristán (1999) esclarece que a prática pedagógica abrange a experiência histórica das ações e a materialização de formas de desenvolver a atividade docente. Assim as ações do professor são formadas em concordância com os desígnios/escopos postos pela sociedade historicamente construída.

A prática é entendida como a atividade dirigida a fins conscientes, como ação transformadora de uma realidade; como atividade social historicamente condicionada, dirigida à transformação do mundo; como a razão que fundamenta nossos conhecimentos. A prática pedagógica, entendida como uma práxis envolve a dialética entre o conhecimento e a ação com o objetivo de conseguir um fim, buscando uma transformação cuja capacidade de mudar o mundo reside na possibilidade de transformar os outros (SACRISTÁN, 1999, p.28).

Pimenta e Lima (2004, p. 37) salienta que “[...] a prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática”. O professor deve saber mediar ao longo da sua ação docente uma e outra, utilizando-as adequadamente conforme as diferentes situações de ensino.

Cabe destacar a concepção de Estágio Supervisionado presente no parecer do Conselho Nacional de Educação-CNE e do Conselho Pleno-CP 028 (BRASIL, 2002) “O estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um

profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário”.

Compreendendo a escola como um espaço do saber diversificado, no qual as práticas pedagógicas variam de acordo com os professores que as executam. No cotidiano de sua práxis, o professor elabora estratégias para que o aluno consiga apreender o que esta sendo proposto no seu planejamento no qual reflete os conteúdos, objetivos e avaliação. Assim, os métodos utilizados pelos professores tornam-se mais visíveis podendo caracterizar a sua atuação enquanto docente (SANTOS; SANTOS, 2007).

A docência entendida como atividade intelectual e pratica revela que os conteúdos trabalhados são construções teóricas fundamentadas na pesquisa científica. A prática pedagógica requer de si reflexão, crítica e constante criação e recriação do conhecimento e das metodologias de ensino, o que implica uma atividade de investigação permanente que necessita ser compreendida e valorizada (PONTUSCHKA, 2007).

Desenvolver a prática pedagógica compreendendo o espaço geográfico como uma construção histórico-social adotando uma concepção teórico-metodológica de caráter epistemológico interdisciplinar resulta em considerar as situações espaço-temporais e as relações entre a sociedade e a natureza importantes para ampliar o ponto de vista do aluno para a dimensão geográfica.

A prática pedagógica apropriada para alcançar os objetivos da Geografia é a que valoriza a participação do aluno na elaboração dos saberes, no desenvolvimento de suas próprias capacidades de aprender e em sua inserção crítica a participativa na sociedade. A perspectiva é incentivar a autonomia e a expressão do pensamento do aluno em seu diálogo com o conhecimento (SILVA, 2015).

Considerações sobre o Estágio Supervisionado

Entende-se o Estágio Curricular Supervisionado como eixo articulador entre teoria e prática e, como tal, deverá ser executado *in loco*, onde o estagiário terá contato com a realidade profissional onde irá atuar não apenas para conhecê-la, mas também para desenvolver as competências e habilidades específicas. Ao realizar o estágio o estudante supera suas próprias deficiências, testa sua capacidade para o trabalho, aprimora seu relacionamento humano, desenvolve o comportamento ético em relação às suas atividades profissionais, além de verificar sua interação com a escolha profissional.

Analisando sob o aspecto legal atual, podemos observar que a obrigatoriedade do

estágio curricular na formação profissional está definida na legislação federal LDB 9394/96 e nos atos normativos dela originados. Em específico encontra-se discutido no Parecer CNE/CP 27/2001 e estabelece que o estágio curricular supervisionado deve ser realizado em escolas de educação básica para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional (BRASIL, 1996, 2001). Estas determinações referentes à obrigatoriedade dos estágios estão reafirmadas nas Diretrizes Curriculares de Licenciaturas (BRASIL, 2002) e DCN de Geografia (BRASIL, 2002). Deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente (BRASIL, CNE/CP 28/2001). Deve, de acordo com o projeto pedagógico próprio, ser desenvolvido a partir da segunda metade do curso reservando-se um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação inicial e a escola campo de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre a instituição de ensino e as unidades dos sistemas de educação básica. Esses “tempos na escola” devem ser diferentes e segundo os objetivos de cada momento de formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolver uma atuação coletiva dos formadores. Nas palavras de Piconez (1998):

A disciplina Estágio Supervisionado pertence ao currículo do curso de formação de professores e deve ser pensada nesse âmbito. O preparo para o exercício do magistério não pode constituir-se tarefa exclusiva desta disciplina. Ela precisa estar articulada com os demais componentes curriculares do curso. Não pode ser isoladamente responsável pela qualificação profissional do professor, deve, portanto, estar articulada ao projeto pedagógico do curso. (PICONEZ, 1998, p. 30).

Atendendo ao que dispõe a legislação federal sobre o Estágio Supervisionado, pode-se afirmar que é um momento de formação profissional, seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional habilitado (BRASIL. Parecer CNE 28/2001).

O Estágio Curricular Supervisionado se constitui umas das condições para a obtenção da licença para o exercício profissional na medida em que é considerado o momento de efetivar, sob a supervisão de um professor experiente, um processo de ensino e aprendizagem em que se tornará concreto e autônomo quando da profissionalização deste

estagiário. Este poderá acontecer em instituições de ensino público: municipais e estaduais, havendo a possibilidade de instituições não formais de ensino quando em atividades de extensão.

Diante destes atuais dispositivos legais, é necessário refletir como se dá na prática pedagógica e, principalmente qual a sua concepção atual, pois não cabe mais repetir modalidades que legitimam a separação entre teoria e prática e ou concebê-lo como complementação aos conteúdos de formação específica de cada curso. O grande cerne do curso de formação de educadores é formar para a totalidade da educação básica - desde conteúdos, gestão, planejamento, relação com a comunidade, com os educadores e alunos, etc.

Além de cumprir uma exigência da legislação, o Estágio tem como função principal preparar o futuro profissional e assim ganha outro conceito bem mais ampliado que é o momento de experiência viva, o contato real com os desafios da docência. O Estágio não é uma encenação do que será a prática docente, nem tão pouco um mero treino repetitivo de um modelo a ser seguido para transmitir os conteúdos. Na perspectiva contemporânea, o Estágio tem a função de introduzir o estudante no contexto que vai atuar profissionalmente oportunizando aos graduandos ressignificar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e contribuir para que os alunos construam novos conhecimentos e revisitem antigos com outros olhos.

O Estágio é assim, o momento de confluência entre a teoria e a prática, ocasião em que se fortalecem as potencialidades, emerge a vocação para ensinar, consolida-se o sentido de ser professor. Nesse sentido, o estágio adquire o intento de “integrar o processo de formação do aluno, futuro profissional, de modo a considerar o campo de atuação como objeto de análise, de investigação e de interpretação crítica, a partir dos nexos com as disciplinas do curso” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 24).

O Estágio é o momento em que o graduando entra em contato com a multidimensionalidade do ensino, age sobre a realidade educativa, incorpora sua prática pedagógica na sala de aula imprimindo sua personalidade, sua visão de mundo, suas experiências anteriores. O estagiário traz estímulo aos alunos acomodados ao modo de ensinar do professor regente, representa o novo, novas possibilidades de aprendizagem.

O Professor Regente no contexto da co-formação

O trabalho do professor inclui competências de um profissional intelectual que atua em situações singulares. Para tanto o domínio teórico do conhecimento profissional é essencial, mas não suficiente. É preciso saber mobilizá-lo em situações concretas, qualquer que seja a sua natureza. A produção do conhecimento teórico exige competência de construir um discurso sobre a prática (BRASIL, 1998, p.36).

Assim, o momento da formação é de extrema importância na carreira futura do professor. Os conhecimentos teóricos precisam estar aliados a competências exigidas pelo desenvolvimento da sociedade atual que tem novas tecnologias incorporadas a vida cotidiana e que podem auxiliar muito na composição do que é necessário para uma boa atuação profissional.

O professor que atua nas escolas que funcionam como laboratório para as universidades que oferecem cursos de licenciaturas e recebem estagiários é o chamado professor regente. O professor regente cede sua turma para que o estagiário desenvolva as atividades no papel de professor num primeiro contato com a docência. Nesse caso esse profissional recebe uma dupla responsabilidade: além de orientar sua turma, também auxilia o estagiário nesse período.

Vale enfatizar que quando o professor regente abre as portas da sua sala de aula para receber o estagiário, permite a si mesmo a oportunidade de adquirir novos saberes, práticas inovadoras, uma vez que o estagiário trás em sua formação teorias educacionais (clássica e contemporânea) viabilizando uma troca enriquecedora aos sujeitos envolvidos no processo de estágio.

No caso específico do professor regente de Geografia, a iniciativa e a profissionalidade dele são essenciais no processo de estágio. Isso porque esse profissional junto ao estagiário realiza uma discussão conjunta e participativa para encontrar soluções para os possíveis problemas e para a boa condução das aulas.

Acrescentamos que o papel dos sujeitos no processo de estágio é de grande relevância, pois parceria estabelecida entre ambos visa à construção do ensino e aprendizagem que atenda a formação do indivíduo intelectualmente autônomo, cujo exercício da cidadania se efetive plenamente.

Resultados da pesquisa

A pesquisa foi realizada nas escolas com seis professores regentes por meio de aplicação de questionário e também a análise do Projeto Político-Pedagógico do curso de Geografia da UNEB do *Campus VI*, localizado em Caetité. Após aplicação dos questionários com os professores regentes os resultados foram analisados e discutidos, conforme segue.

Vale registrar que o Estágio Supervisionado está dividido em quatro etapas, sendo que nas duas últimas o estagiário terá contato direto com o professor regente, no qual exercerá a prática docente (regência), que por sua vez refletirá a concepção curricular, bem como sua formação acadêmica.

Foi perguntado se os regentes consideravam importante receber estagiários e por quê. Os regentes demonstraram pelas respostas que para eles o estágio é positivo. Promove a troca de informações e traz metodologias inovadoras. As ações dos estagiários corroboram com a ideia de Kearcher (2005) para ele, o trabalho do docente tem que ser sempre inovador, alternativo e reflexivo. Todos foram unânimes quanto à relevância do estagiário para o ensino, a aprendizagem, a prática pedagógica, a gestão escolar, o cotidiano do aluno. Enfim, consideram um momento de grande importância para a formação do futuro profissional bem como a contribuição do mesmo no período do estágio supervisionado, conforme Piconez (1998).

Quando foi perguntado se os regentes receberam estagiários, no período de 2003 – 2013 quando estavam vigentes os primeiros currículos do curso de Geografia da UNEB *Campus VI*, todos os participantes da pesquisa receberam estagiários no período citado. Indagados a respeito da carga horária de estágio exigida pela Lei e Diretrizes e Bases de Educação (LDB) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), para a maioria dos regentes, o aumento de carga horária de estágio para 400 horas foi bem vindo e contribuiu para melhoria da prática pedagógica.

Os regentes foram questionados sobre o conhecimento do currículo vigente do curso de Geografia da UNEB (2004). Dois professores regentes afirmaram não conhecerem o currículo. Diante do fato de professores co-formadores não conhecerem o currículo vigente de Geografia, constatou-se a necessidade de estreitar a relação com o professor regente, pois entendemos como parceiro no processo de formação do futuro professor. Vale ressaltar que o mesmo não tendo conhecimento pleno ou parcial, do currículo de Geografia, percebemos a partir das respostas que os referidos professores não deixam de reconhecer as transformações significativas ocorridas ao longo do tempo que atuam recebendo estagiários.

Questionados sobre o papel do professor de Geografia no contexto contemporâneo, os professores-regentes compreendem que o professor de Geografia em particular, tem papel relevante no processo de construção do conhecimento, vez que desmitifica a realidade imposta e amplia o campo de visão dos alunos preparando-os para o exercício da cidadania.

A postura de acolhimento aliada a métodos de ensino inovadores é propícia à aquisição de conhecimentos de modo que viabiliza autonomia por parte dos alunos. Com uma visão sobre a Geografia que discute temas atuais sobre transformação de espaço e efeitos a globalização, as aulas proporcionam uma ampliação do conceito de Geografia e do espaço bem mais contextualizado com a realidade circundante, Vieira (2007, 13) afirma que: “[...] o ensino de Geografia tem passado por significativas inovações em seus currículos e programas em que especialistas da área têm buscado introduzir na área do ensino as renovações teórico metodológicas sofridas pela ciência geográfica nos últimos anos”.

No que diz respeito à segurança/domínio dos estagiários ao assumirem a sala de aula, as respostas dos regentes sinalizam para as transformações no currículo de Geografia, principalmente, quando o estágio foi dividido em etapas. Nesse sentido, o primeiro estágio de regência o aluno em alguns casos demonstra insegurança por não ter experiência em sala de aula, já no segundo estágio percebe-se maior interação com a realidade da sala de aula em virtude da etapa anterior. Destacaram ainda que a universidade agregou novos projetos que somaram positivamente para a dinâmica de ensino no qual revela a natureza e o perfil das licenciaturas, o que contribui significativamente para a formação docente.

Considerações Finais

Na visão dos regentes, houve uma mudança significativa na prática pedagógica dos estagiários, em razão do currículo vigente do curso. Os estagiários apresentam conhecimento teórico, ações inovadoras e motivadoras aos alunos. Ressaltamos que os professores regentes não apontaram problemas na formação acadêmica dos futuros professores. Entretanto o que foi sinalizado como lacunas, diz respeito ao encaminhamento e parte do processo do Estágio Supervisionado. O que nos leva a constatar que os pontos levantados na pesquisa são resultados da ausência de comunicação entre os parceiros, de modo que dificulta a compreensão da dinâmica e concepção da natureza do Estágio, vez que o professor regente não concebe a relevância de seu papel neste processo.

O professor regente como co-formador, compartilha o espaço privilegiado - a

escola - com o futuro professor que se prepara para exercer sua profissão. Nessa troca o estagiário vai construindo uma visão organizada e articulada da sua função docente. Os regentes têm um papel fundamental nesse processo, já que o conhecimento e a experiência acumulada por eles permitem ao estagiário elaborar uma leitura crítica da profissão.

Por fim esta investigação proporcionou um esclarecimento sobre a visão que os professores regentes têm da formação dos estagiários e, portanto, do curso de Geografia oferecido pela UNEB. Concluímos que o currículo no modelo que está concebido, atende e forma profissionais conforme traçado no seu perfil profissiográfico, no qual tem a docência como base de sua formação permitindo desenvolver saberes que possibilitam a produção de conhecimentos com base nos fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos da Geografia.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. (trd) Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. Ministério de Educação e Desporto. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução 1/2002**.

DURKHEIM, Emile. **The evolution of educational thought: lectures on the formation and development of secondary education in France**. London: RKP, 1977.

KEARCHER, N. A. A geografia escolar na prática docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da geografia crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO EM GEOGRAFIA, 8. 2005, *Anais...*Dourados, MS, 2005.

MACEDO, R.S. **Currículo - campo, conceito e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982.

PONTUSCHKA, N. N. et al. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Artmed, 2007. (Coleção Docência em Formação).

PICONEZ, S. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1998.

PIMENTA, S.G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, J.G. Poderes instáveis em educação. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTOS, Paula Regina de Souza; SANTOS, Sandra Regina de Souza. **O Professor e sua Prática: do planejamento às estratégias pedagógicas.** II Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino-EDIPE. Anápolis-Go. 2007.

SILVA, N.M.B. **Prática Pedagógicas dos Licenciandos do curso de Geografia:** perspectiva do professor regente. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) UNEB.

SILVA, T.T. da, **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VIEIRA, N. R. **As questões da geografia do ensino superior e do ensino fundamental a partir da formação continuada do professor e das categorias lugar, paisagem, território e região:** um estudo da diretoria regional de ensino de Marília - SP. 2007. 200f. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, SP, 2007.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Projeto de criação do Curso de Geografia,** 1992.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Projeto de criação do Curso de Geografia,** 1996.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Projeto de criação do Curso de Geografia,** 2004.

YOUNG, M. Currículo e democracia: lições de uma crítica à "nova sociologia da educação". **Educação & Realidade,** v.14, n.1, p.29, 1989.

SOBRE AS AUTORAS

Núbia Maria de Brito Silva

Mestre Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da UNEB. E-mail: nubiamariabrito@yahoo.com.br

Maria Goreth e Silva Nery

Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: gorethgeo@yahoo.com.br